

# DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, AMBIENTAL E PRODUTIVO DA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO SERRA VERDE<sup>1</sup>

João Luis Binde<sup>2</sup>  
Ivo Luciano da Assunção Rodrigues<sup>3</sup>  
Ana Lia Silva da Silva<sup>4</sup>

## Resumo:

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma análise descritiva da situação socioeconômica dos moradores do Assentamento Serra Verde (ASV). Buscou-se traçar um diagnóstico da atual situação dos moradores, seu modo de vida e subsistência, recursos naturais, bem como as tecnologias utilizadas. E ainda, resgatar a história do local, as narrativas de vida dessas pessoas, seus saberes tradicionais e relação com a terra. Para isso tomamos como referencial teórico as propostas de Gusmán (2002) e Ibáñez (1994), estabelecendo como horizonte de pesquisa uma perspectiva tripla: ecológica produtiva, socioeconômica e sociopolítica, respectivamente. Para a coleta de dados foram realizadas visitas *in loco*, entrevistas e aplicação de questionário semiestruturado. Foram entrevistadas 40 famílias de um total de 90. Os resultados mostraram que todos os entrevistados possuem energia elétrica, água potável, atendimento médico satisfatório e moradia digna, no entanto, ainda padecem com a infertilidade do solo, característica da maior parte dos terrenos, com a falta de sistemas de irrigação, dificuldades para comercialização dos produtos e ausência de organizações coletivas eficientes. Nesse contexto, a disseminação de experiências agroecológicas surge com elevado potencial de criar redes de conhecimento capazes de gerar estratégias de ação amplas que solucionem ou minimizem grande parte dos problemas identificados.

## Palavras-chave:

Assentamento Serra Verde. Agricultura Familiar. Agroecologia. Reforma Agrária.

## SOCIO-ECONOMIC, ENVIRONMENTAL AND PRODUCTIVE DIAGNOSIS OF THE SERRA VERDE SETTLEMENT COMMUNITY

## Abstract:

This work presents part of the results of a descriptive analysis of the socioeconomic situation of the residents of the Serra Verde Settlement (ASV). We sought to make a diagnosis of the current situation of the residents, their way of life and subsistence, natural resources, as well as the technologies used. And yet, rescue the history of the place, as narratives of these people's lives, their traditional knowledge and relationship with the land. For that, we take as a theoretical reference the proposals of Gusmán (2002) and Ibáñez (1994), establishing as a research horizon a triple perspective: ecological, socio-economic and socio-political production, respectively. For data collection, on-site visits, specification and application of a

<sup>1</sup>Trabalho realizado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq) pela Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq Nº 21/2016 e PROEX - Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural - Edital de Extensão do IFMT.

<sup>2</sup>Doutor em Ciência Política. Instituto Federal do Mato Grosso – Barra do Garças. E-mail joao.binde@bag.ifmt.edu.br

<sup>3</sup>Mestre em Educação. Instituto Federal do Mato Grosso – Barra do Garças. E-mail:ivo.rodrigues@bag.ifmt.edu.br

<sup>4</sup>Bolsista do projeto e graduanda em Tecnologia da Gestão Pública. E-mail: siilva.anna1599@gmail.com

semi-structured questionnaire were carried out. Forty families out of a total of 90 were interviewed. The determinant results that all respondents have electricity, drinking water, satisfactory medical care and decent housing, however, still suffer from soil infertility, characteristic of most land, with the lack of irrigation systems, difficulties in marketing products and the absence of efficient collective associations. In this context, the dissemination of agroecological experiences emerges with a high potential to create knowledge networks capable of generating broad action strategies that solve or minimize most of the identified problems.

**Key words:**

Serra Verde settlement. Family farming. Agroecology. Land reform.

## **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO, AMBIENTAL Y PRODUCTIVO DE LA COMUNIDAD DE ASENTAMIENTO SERRA VERDE**

**Resumen:**

Este trabajo presenta parte de los resultados de un análisis descriptivo de la situación socioeconómica de los pobladores del Asentamiento Serra Verde (ASV). Se buscó hacer un diagnóstico de la situación actual de los pobladores, su forma de vida y subsistencia, los recursos naturales, así como las tecnologías utilizadas. Y, sin embargo, rescatar la historia del lugar, las narrativas de la vida de estas personas, sus conocimientos tradicionales y su relación con la tierra. Para ello, tomamos como referencia teórica las propuestas de Gusmán (2002) e Ibáñez (1994), estableciendo como horizonte de investigación una triple perspectiva: ecológica productiva, socioeconómica y sociopolítica, respectivamente. Para la recolección de datos se aplicaron visitas in situ, entrevistas y un cuestionario semiestructurado. Se entrevistó a cuarenta familias de un total de 90. Los resultados mostraron que todos los encuestados tienen luz, agua potable, atención médica satisfactoria y una vivienda digna, sin embargo, aún sufren de infertilidad del suelo, característica de la mayoría de las tierras, con la falta de sistemas de riego, las dificultades en la comercialización de productos y la ausencia de organizaciones colectivas eficientes. En este contexto, la difusión de experiencias agroecológicas aparece con un alto potencial para crear redes de conocimiento capaces de generar amplias estrategias de acción que resuelvan o minimicen la mayoría de los problemas identificados.

**Palabras clave:**

Asentamiento de Serra Verde. Agricultura familiar. Agroecología. Reforma agraria.

### **Introdução**

A presente pesquisa é resultado do projeto “Criação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica no Instituto Federal de Mato Grosso, *campus* Barra do Garças (NEA Vale do Araguaia)” aprovado pela chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – Casa Civil/CNPq Nº 21/2016 sob coordenação da professora Daisy Rickli Binde. Parte desse

projeto objetivava realizar uma análise descritiva da situação socioeconômica dos moradores do Assentamento Serra Verde (ASV).

Localizado na região de Barra do Garças – MT, o assentamento Serra Verde possui aproximadamente 90 famílias em um total de 100 lotes de 17 hectares cada. Iniciado em 2004, o processo de desapropriação do Assentamento Serra Verde (ASV) somente foi efetivado em 2009, por força do Decreto Expropriatório de 16 de abril de 2007, e criado através da Portaria nº 035/2009. Antes, as famílias dos Sem-Terra ocupavam as margens da rodovia BR-070, próximo ao local onde hoje estão assentados.

De acordo com os assentados, em visitas realizadas, o solo de parte dos terrenos é de baixa fertilidade e degradado, fator que prejudica a produção agrícola. Somada a tal realidade por eles esboçada, a carência de recursos, tecnologias e mão de obra especializada impedem o pleno desenvolvimento da comunidade local.

Diante deste contexto, a presente pesquisa diagnosticou a atual situação em que se encontram os moradores deste lugar, seu modo de vida e subsistência, recursos naturais, bem como as tecnologias utilizadas. Objetivou, de igual forma, resgatar a história do local, as narrativas de vida dessas pessoas, seus saberes tradicionais e relação com a terra.

## **Metodologia**

As orientações metodológicas para desenvolver a pesquisa em questão são norteadas pelas propostas de Gusmán (2002) e Ibáñez (1994). Segundo os autores, existem três níveis de pesquisa denominados por Ibáñez (1994) de distributivo, estrutural (estratégias participativas para garantir a sustentabilidade) e dialético (ruptura da estrutura de poder metodológica pautada na lógica sujeito/objeto) que são instrumentalizadas numa tripla perspectiva: ecológica produtiva, socioeconômica e sociopolítica, respectivamente.

### **Nível distributivo**

Esta etapa da pesquisa caracteriza-se pela sistematização do conjunto de dados obtidos na realidade natural. Neste sentido, o apoio estatístico para análise dos dados colhidos é ferramenta indispensável. Esta etapa está em consonância com questões referentes aos aspectos agrícolas/florestais em relação ao funcionamento dos recursos naturais disponíveis na comunidade.

Segundo Gusmán (2002), a fase distributiva é constituída pela reprodução da realidade físico/biológica com a intenção de melhorar a produção ou promover maior resultado econômico. Variáveis como clima, solo, fatores biológicos ou demais componentes da natureza (área dos terrenos, cultivos que nela existem, capital humano que trabalha em cada cultivo) que se façam necessários são inseridos nesta etapa. Estes devem ser controlados mediante uma estação experimental (Unidade de Referência) com o objetivo de apontar solução de problemas. Para alcançar esse nível foram realizadas inúmeras visitas ao ASV para aplicação de questionário semiestruturado. Ao todo, foram entrevistadas 40 famílias de um total de 90.

### **Nível Estrutural**

Esta etapa visa dar uma informação qualitativa que dota de sentido sociocultural os processos gerados na realidade. Sugere-se, como técnica para obtenção dessas informações, a formação de grupos de discussão. Segundo Ortí (1994), essa metodologia permite captar vivências coletivas, observar comportamentos e as produções de sentido, isto é, as ideologias sociais do grupo em questão.

Cabe ao cientista qualificado nas ciências humanas, via observação e coleta de dados, estabelecer uma tipologia dos agricultores a partir de seu modo de uso e manejo dos recursos naturais. Uso de entrevistas, questionários para categorizar a vida social desses agricultores e seus conhecimentos tradicionais são bem-vindas.

Neste sentido, esta etapa metodológica constitui-se eixo central na prática agroecológica, uma vez que dá voz aos sujeitos sociais vinculados à terra. Postula-se, portanto, como uma crítica à agricultura convencional que percebe os recursos naturais somente a partir da lógica do mercado e da indústria, não dando espaço para o conhecimento do pequeno agricultor. Na agroecologia, os discursos veiculados pelo homem do campo é incorporado mediante esses grupos de discussão, com técnicas participativas, construindo em conjunto alternativas ao atual modelo de agricultura. Portanto, a “perspectiva estrutural da agroecologia permite preparar o terreno para o desenvolvimento de uma agricultura participativa” (GUSMÁN, 2002, p.24). Aqui, os conhecimentos sociológicos/antropológicos são necessários para o resgate oral dessas vivências na intenção de dotar os agricultores de poder de participação.

Para dar cabo desse momento metodológico, juntamente com a aplicação dos questionários, durante alguns encontros realizou-se a projeção de filmes para posterior debate sobre a realidade local dos assentados.

### **Nível Dialético**

Aqui não se trata apenas de conhecer (nível distributivo) ou explicar (nível estrutural), mas refere-se à intervenção e articulação com o objeto estudado para transformar criticamente e conjuntamente a realidade da comunidade. Se num primeiro instante o pesquisador mantém distância, a mesma é parcialmente quebrada no segundo momento, o qual faz revelar o caráter político da agroecologia, rompendo com as relações de poder criadas pelas ciências agropecuárias e florestais conservadoras que postulam uma relação pesquisador 'sujeito-que-sabe e pesquisado-sujeito-que-ignora' (GUSMAN, 2002). Este nível encontra-se, portanto, em constante diálogo com os demais níveis.

Assim, o conhecimento dos processos naturais/biológicos (nível distributivo), articulam-se com os saberes locais (nível estrutural), reestruturando o diálogo que desemboca num desenvolvimento participativo de tecnologias mediante estratégias adotadas em parceria, como obtenção de diagnósticos conjuntos, disseminação das experiências agroecológicas, gerando redes de conhecimento capazes de constituir estratégias de ação mais amplas. Para tal realizaram-se encontros com dinâmicas de grupo para que os assentados pudessem expor suas dificuldades e escolher suas principais prioridades. Desta forma, por meio da negociação coletiva podem-se elencar as prioridades de ação conjunta a partir da construção de uma matriz em que se elencaram as potencialidades e problemas da comunidade.

### **Justificativa**

É de conhecimento geral que no debate acerca do futuro da agricultura familiar alguns pesquisadores e estudiosos do tema indicam o desaparecimento da pequena propriedade de caráter familiar camponês e a hegemonia de empresas agrícolas capitalizadas e produtivas. No entanto, essa justificativa fundamenta-se em critérios exclusivamente de caráter econômico que desconsideram elementos de ordem social, cultural e ambiental.

Schneider (2003) observa uma relativa retomada a partir da segunda metade da década de 1990 dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Passa-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*. Esse novo contexto possibilitou uma ampliação do escopo temático dos estudiosos para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Desta forma, é possível verificar “a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 10).

Nesse sentido, o diagnóstico socioeconômico, ambiental e produtivo apresenta-se como uma importante ferramenta de análise para a elaboração de planos e projetos em diversas áreas. Tal recurso consiste na captação de dados relativos à dinâmica social e ambiental e produtiva, envolvendo os laços de relacionamentos entre os integrantes da área de estudo. A principal função de um diagnóstico é identificar os pontos de conflitos e as potencialidades na área em estudo, cujas informações servirão de base para a formulação de ações correspondentes e adequadas a cada local e situação.

A elaboração do diagnóstico socioeconômico, ambiental e produtivo do ASV propõe-se a alcançar o que Quivy e Campenhoudt (1988, p. 19) apontam como contribuições da investigação social, quais sejam: ajuda

(...) a compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.

Tais possibilidades fazem dos estudos de levantamento socioeconômico, ambiental e produtivo, preciosas ferramentas de diagnose na contribuição à promoção de implantação de medidas públicas em áreas susceptíveis a problemáticas socioambientais. No tocante ao ASV, cabe destacar que a escassez de dados dessa natureza vem sendo um fator que dificulta a tomada de decisões nesse aspecto. Esta proposta de pesquisa busca preencher essa lacuna.

## Resultados

Pertencer à terra. Podemos iniciar nossas observações por essa afirmação. São famílias que, há gerações, trabalham no campo. Filhos, netos, bisnetos de agricultores que após dez anos de espera conseguiram sua terra. Sim, pois apesar de pertencerem à terra, a terra não lhes pertencia. Neste novo lugar fixam suas raízes e iniciam seu sonho. Famílias que estão, em média, há 8 anos na mesma propriedade tendo como principais atividades cuidar das plantas e dos animais.

A maioria dos 40 entrevistados foram mulheres (67%) e apenas 33% homens. Poderia equivocadamente se pensar que o motivo de tão poucos homens serem entrevistas seja o fato de estarem ausentes trabalhando, cabendo à mulher tão somente o trabalho doméstico. Mas o que se observa é que a mulher do campo exerce dupla jornada, trabalhando tanto nos afazeres ligados à terra como nas tarefas domésticas. Aliás, apesar de a maioria se declarar casada (67%), não raro foram encontradas mulheres que vivem sozinhas, tendo como única companhia o sagrado materializado na bíblia e na oração.

Em geral, são pessoas com média de idade de 57 anos, cuja preocupação, fazendo uso de Bourdieu (2008) é que suas vidas sejam “uma vida perdida”: a angústia em querer que a próxima geração possa gozar dos estudos na cidade de Barra do Garças – o assentamento não possui escola, privilégio negado aos pais - e assim terem uma vida mais branda, é somada ao medo de saber que os filhos não querem voltar para o campo e dar continuidade aos trabalhos da terra. Uma terra arenosa e pouco fértil que ocupa em média 8 horas de trabalho diário.

Acrescenta-se o carente acesso à água em abundância e a ausência de sistemas de irrigação para o plantio. Plantio este que fica em segundo plano. O imaginário simbólico que permeia os assentados é a ocupação com o gado. O recurso oriundo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF<sup>5</sup>), no valor de R\$ 25.000,00, reais foi destinado à compra de gado e melhorias estruturais na propriedade voltadas para este ofício. Metade dos assentados foram contemplados com esse auxílio rural.

---

<sup>5</sup>O PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é um programa do BNDES que visa o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Todavia, o que pode ser observado, apesar do sonho de todos ser o trabalho com gado de leite ou corte, seria mais viável comercializar ovos e galinhas: todos os assentados possuem em média 65 desses animais criados soltos utilizados principalmente para consumo próprio. Quanto ao gado, 72% deles possuem o animal, sendo que a média é de 8 animais por família entre gado de corte e leite.

Quanto ao sistema de educação, o local não possui escola. A prefeitura disponibiliza um ônibus para conduzir as crianças e adolescentes até a cidade. Rotina que, para muitos, se torna extremamente cansativa, pois acordam às cinco horas da manhã e caminham de três a quatro quilômetros para chegarem ao ponto de ônibus.

Entre os adultos, apesar do pouco estudo formal – raras exceções possuem o ensino médio – muitos fazem cursos (50%) não formais ministrados pelo SEBRAE, SENAI, SENAR, IFMT, UFMT e Prefeitura Municipal. Cursos que afirmam a troca de saberes entre o conhecimento formal e o tradicional. Este adquirido por capitais culturais gerados e preservados de geração em geração que se reflete no uso de plantas medicinais - 83% deles fazem uso - para as mais variadas situações.

Além do aprendizado técnico, esses cursos são momentos de interação social, uma forma de atividade de lazer para os assentados. Aliás, quando indagados sobre essa questão percebemos o valor social da religião: 60% dos entrevistados percebem a igreja como principal fonte de lazer. O assentamento possui três denominações religiosas, todas evangélicas.

Quanto ao acesso aos serviços básicos de qualidade de vida temos a seguinte situação: todos os assentados possuem energia elétrica e acesso à água potável - 90% deles possuem algum tipo de nascente. Todas as moradias são de alvenaria com banheiro, sendo que 68% das habitações encontram-se em bom estado de conservação. Sem sistema de esgoto, todas as casas fazem uso de fossa comum. Outra questão refere-se ao destino do lixo não compostável. Como não há coleta no local, 85% do lixo gerado tem o fogo como destino, situação já naturalizada entre os moradores. Quando indagados sobre a percepção de algum problema nesta ação, todos têm ciência que não se deve fazer isso, mas em seguida questionam: “Você quer que faça o que?” [Silêncio]. De fato, a questão não é simples. Moram distantes da cidade e com escassos meios de transporte.

Quanto ao atendimento médico, os assentados são atendidos quinzenalmente por um médico da prefeitura na sede do assentamento. Neste quesito, 75% deles consideram o atendimento satisfatório.



Quando questionados sobre as formas de acesso à informação, 80% deles fazem uso da televisão e do rádio. Alguns possuem apenas um celular. Saem a vagar procurando sinal. Somente 15% dos assentados tem acesso à *internet* via rádio.

Por fim, a questão econômica. A renda média dos assentados é de R\$ 1.100,00 mensal. A principal fonte dos ganhos é proveniente da venda de produtos agrícolas e animais, tais como: mandioca, ovos, galinhas. Do total de entrevistados, 37,5% recebe aposentadoria e 17,5% Bolsa Família. Desconsiderando as aposentadorias e auxílios como o Bolsa Família, a renda média cai para R\$ 936,00 reais. Essa pequena diferença se deve, principalmente, porque boa parte deles trabalham em outros afazeres não ligados à terra, em profissões como motorista, pedreiro e cabeleireiro, por exemplo.

## **Discussão**

Considerando os resultados apresentados podemos fazer uma análise da situação socioeconômica, ambiental e produtiva do Assentamento Serra Verde e pensar alternativas para melhoria de suas condições. Em um território composto, em sua maioria, por terras de baixa fertilidade e com acesso à água muitas vezes limitado, seja por sua escassez ou por dificuldade de transporte, é fundamental que sejam feitas escolhas acertadas no uso dos recursos disponíveis, sejam ambientais, humanos ou financeiros.

Nesse sentido urge a necessidade de um plano de acompanhamento e assistência técnica contínua. Como a maioria dos assentados possui um nível baixo de escolaridade, esse suporte torna-se ainda mais importante para orientação na condução dos trabalhos e para a busca de novos meios de subsistência. Embora metade dos entrevistados relate ter participado de algum curso, fica evidente a necessidade de ações mais abrangentes de formação e de assessoria técnica continuada, o que, inclusive, foi uma reivindicação de muitos. Isso evidencia um problema estrutural do Estado em relação ao tratamento dado à agricultura familiar no país, o fato de que:

o Estado não consegue (ou não pretende) cumprir seu papel de impulsionador do desenvolvimento da agricultura familiar através de apoio efetivo à capacitação e assessoria rural. Volta sua atenção, quase que exclusivamente, para a agricultura patronal que consegue dar respostas às demandas imediatas da economia nacional. (SILVA; ARAUJO, 2008, p.114).

Diante da fragilidade das políticas públicas, outro dado salta aos olhos quando verificamos os indicadores do ASV: a ausência de uma Cooperativa. E podemos ir além, haja vista que, de acordo com os relatos coletados nas entrevistas de campo, a própria ideia de cooperação pouco aparece nos processos organizativos da comunidade. Tal ideia, segundo Scopinho (2007, p. 90), “ocupa um lugar tão importante quanto à de agroecologia como diretriz e método do processo organizativo.”Faz-se necessário dar outro sentido ao trabalho rural revendo o modo de organização da produção, de modo a evitar a reprodução do modelo agropecuário tradicional.

Trata-se de colocar a tecnologia em favor do homem e não o contrário, ou seja, utilizá-la para proteger e perpetuar os recursos naturais e, principalmente, diminuir os custos de produção através da utilização de insumos e métodos agroecológicos. Quanto ao modo de organizar a produção, a cooperação tem sido vista como uma saída para enfrentar e superar as dificuldades e a escassez de recursos decorrentes da ausência de políticas públicas que favoreçam a pequena produção e o desenvolvimento sociocultural e político dos assentados.(SCOPINHO 2007, p. 91).

Ainda sobre à organização da produção, verificou-se outro gargalo no final da cadeia produtiva que é a comercialização. Esta fica ainda mais limitada, uma vez que a produção de origem animal do assentamento não pode ser comercializada nas feiras por não se enquadrar nas normas estabelecidas pela legislação sanitária municipal. Assim, além da criação da cooperativa, seria de suma importância a criação de uma agroindústria, para que os assentados pudessem comercializar seus produtos num estágio posterior ao estado “*innatura*”. A implantação da agroindústria no ASV acrescentaria um estágio a mais no processo produtivo, garantindo condições sanitárias adequadas e agregando valor ao ‘produto final’ dos assentados.

Outro dado importante que chama atenção é o fato de todos os entrevistados contemplados com o crédito financeiro do PRONAF terem investido todo o recurso ou parte dele na compra de gado. Não cabe aqui discutir de forma minuciosa os cálculos dos custos de produção do gado de corte ou leiteiro, mas diante do tamanho das propriedades (17 hectares) e considerando todos os insumos, serviços e investimentos que essa produção envolve, seria mais viável investir na criação de aves caipiras, que já existe em todas as propriedades e poderia ser ampliada. Sua maior viabilidade para o ASV se justifica quando consideramos as características das propriedades, uma vez que ela pode ser desenvolvida em pequenos espaços com o custo de produção inferior ao das aves criadas em granjas comerciais. Além disso, a aceitação no mercado dos ovos e da carne das aves caipiras é muito grande.

Assim, uma boa alternativa produtiva para os assentados já está no quintal de cada um, sendo necessário melhorias na sua forma de exploração, como instalações adequadas e principalmente a adoção de práticas de manejo que contemplem eficientemente os aspectos reprodutivos, nutricionais e sanitários. Segundo a EMBRAPA, a criação de galinhas caipiras é uma atividade cujo mercado é muito promissor, uma vez que, comumente, a oferta desse produto é menor do que a demanda. Além disso, a sua comercialização pode ser efetuada de modo direto (produtor-consumidor), ou com a existência de, no máximo, um intermediário, tornando compensadores e bastante atrativos os preços dos produtos para o produtor.

### **Considerações finais**

Nossa experiência no Assentamento Serra Verde para a elaboração do diagnóstico socioeconômico, ambiental e produtivo revelou que essa área é um exemplo concreto da materialização do sonho histórico alimentado por muitas gerações de uma verdadeira reforma agrária. Áreas como essa são frutos de um processo de retomada da luta pela democratização fundiária. Esse público que hoje reside no assentamento representa o que Silva e Araújo (2008) chamam de resistência a um processo de expulsão imposto pelo processo de modernização da agricultura que conquistou o acesso à terra e agora “busca viabilizar alternativas para reconstituir, nesses novos territórios, suas vidas, seus laços familiares, além de espaço de trabalho para geração de renda e, no limite produzir para o auto-consumo” (SILVA; ARAÚJO 2008, p. 106).

Portanto, a luta pela reforma agrária que há décadas se trava no Brasil não se limita à democratização fundiária, ainda que esta seja fundamental. Mas se estende à necessidade do acesso e controle social de outros recursos naturais como a água, as sementes, as florestas, além de tecnologias adequadas às características regionais que sejam acessíveis para produções em pequenas escalas. (MEDEIROS, 2005).

Para alcançar esses objetivos são imprescindíveis políticas públicas que estimulem o crédito para a produção, políticas sociais, acesso a infraestrutura e apoio técnico. Concordamos com Scopinho (2007) quanto à responsabilidade do Estado na reforma agrária, e entendemos que essa não se resume na mediação dos conflitos fundiários e na redistribuição de terra, se estendendo, “sobretudo, na viabilização dos assentamentos ao criar as condições de infra-estrutura(*sic*) sem as quais não se sustenta a organização, por mais autônoma e

politicamente preparada para o exercício da cooperação que a comunidade esteja” (SCOPINHO, 2007, p. 91).

As narrativas dos pesquisados fazem alusões de que o acesso à terra, a propriedade do lote, são recursos importantes, mas insuficientes para possibilitar plenas condições de produção, renda e qualidade de vida. Desse modo, percebemos a dificuldade de muitos assentados continuarem no assentamento sem os subsídios necessários para as atividades produtivas como máquinas, equipamentos, insumos, créditos e, principalmente, o conhecimento de como produzir em um ambiente com condições naturais desfavoráveis.

Transformar assentados em agricultores familiares é mais que uma mudança econômica, é também uma mudança política e institucional. Por isso, como afirma Miranda (2011, p. 47):

é importante apreender quais são os novos arranjos institucionais que emergem com a criação dos assentamentos e como estes arranjos impactam e são impactados pela organização social e pelas relações desiguais entre assentados, mediadores e representantes do poder público.

Esta pesquisa, dentro de suas limitações e possibilidades, desvela parte desses arranjos no Assentamento Serra Verde e confirma a complexidade da questão fundiária no Brasil. Além disso, denuncia a urgência do desenvolvimento de atividades produtivas com o uso de ferramentas e tecnologias que garantam a eficiência de uma agricultura socialmente justa e ecologicamente sustentável.

## Referências

BOURDIEU, P. Uma vida perdida *In*:BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, 2008.

GÚSMAN, E. S. **A perspectiva sociológica em agroecologia**: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Trabalho apresentado na Seção de Pesquisa em Agroecologia, do II Seminário Internacional sobre Agroecologia. Porto Alegre, 2002.

GUZMÁN CASADO, G.I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; S. Eduardo. **Introducción a La Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: MundiPrensa, 2000.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 20 fev. 2017.

IBÁÑEZ, J. Perspectivas de la investigación social: El diseño en las tres perspectivas. *In*: GARCÍA FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (Eds.). **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MEDEIROS, L. O FSM e a afirmação do campesinato como ator político. *In*: **O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária. Carta Maior**, 2004.

MIRANDA, R. S. Os desafios da organização em assentamentos rurais. **Revista Verde** Mossoró - RN v.6, n.2, p. 41 - 48 abril/junho de 2011.

ORTÍ, A. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. *In*: GARCÍA FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (Eds.). **El análisis de la realidad social: Métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT L.v. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18 n. 51 fevereiro, 2003.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM**, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 84-94, 2007.